ABRE aspas:

Roland Guth é o mais novo representante do setor moageiro de trigo brasileiro. Eleito em 22 de novembro passado presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), tomou posse no dia seguinte e pelos três próximos anos estará à frente da entidade que ajudou a idealizar em 1991. Descendente de alemães e de uma tradicional família de moageiros (o avô fundou o moinho que leva o seu sobrenome há 65 anos em União da Vitória/PR), ele pretende utilizar sua larga experiência no setor – iniciada em 1965, quando foi trabalhar com o pai no moinho e ampliada em 1972, ao ser convidado a participar da diretoria do Sindicato Paranaense do Trigo – para começar uma nova fase da cadeia produtiva do trigo no Brasil.

Certo de que o caminho mais adequado para o setor moageiro passa pela diminuição da dependência do trigo importado, Guth já sabe as medidas que a Abitrigo pode tomar nesse sentido. Nos seus planos de incentivo ao plantio está o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Sebrae para levar ao campo novas tecnologias. Na ponta da importação, alerta para os riscos de o Brasil concordar com a adoção de uma tarifa única para a importação, como exigem os acordos do Mercosul.

Trigo tupiniquim

POR VALTEMIR SOARES JÚNIOR



Guth: trigo nota sete

■ *Desde o século XIX o setor de moagem viveu sob os cuidados do Estado, com leis e portarias regulando a instalação dos moinhos e até a compra de cotas de trigo. Somente em 1991 o setor ficou livre do monopólio da União na compra e venda do produto. O que representou tanto tempo de intervenção estatal para toda a cadeia do trigo no Brasil?*

— Desde o período de Getúlio Vargas até 1990, como era um modelo produtivo usado em várias partes do mundo, a presença do Estado no setor trouxe avanços. Por exemplo, Vargas conseguiu implantar o parque moageiro brasileiro e possibilitou um grande avanço no cultivo do trigo no Brasil – ações que vieram a constituir a base da triticultura nacional. Passamos por períodos em que se buscava mais a quantidade do que a qualidade, a ponto de em 1987 o país produzir mais de 6 milhões de toneladas de trigo. Já o parque moageiro, que chegou a ser altamente ocioso, foi saneado em 1967 com base numa política do Estado de incentivar as fusões e incorporações de moinhos. Mas houve distorções também, como a determinação de cotas para a compra de trigo, que vigoraram de antes de 1967 até 1990. Elas provocaram desequilíbrio, pois moinhos localizados em regiões de pouco consumo produziam em proporções maiores do que os situados em regiões de alto consumo. Até a liberação do mercado em 1990 e dos preços em 1992, foi um modelo que cumpriu o seu papel.

■ *O senhor poderia falar resumidamente dos maiores desafios enfrentados pelas empresas na passagem da tutela do governo ao livre mercado?*

— O grande desafio consistiu em os moinhos mudarem seus processos produtivos e partirem para a diversificação com novos tipos de farinhas. Com a abertura de mercado, o consumidor brasileiro teve acesso a produtos mais elaborados à base de farinha e ficou mais exigente. Agora os moinhos precisam produzir com mais valor agregado e sob medida para esse novo mercado.

■ *Como tem sido a evolução do papel da Abitrigo na defesa dos interesses do setor tritícola brasileiro, considerando-se as recentes mudanças ditadas*

pelo ambiente de competição globalizado e pelas próprias características particulares do segmento?

— Desde que foi fundada em 1991, a Abitrigo atua na defesa dos pontos de consenso das mantenedoras, que são as associações e os sindicatos regionais, perante o governo, países exportadores e organismos internacionais do setor. Uma das linhas de defesa é buscar as mesmas condições e facilidades presentes em outros países, como carga tributária apropriada, acesso a matéria-prima e uma infra-estrutura eficiente de transporte portuário e ferroviário. Na Argentina, por exemplo, esses pontos permitem um custo marginal da farinha muito menor do que no Brasil. Outro ponto em que a associação vem atuando é na eliminação da tarifa de importação única para os países do Mercosul. Se ela vigorar, o trigo que não for produzido pelos quatro países membros será taxado em 13% e poderemos perder a oportunidade de comprar de outros países com melhores preços.

■ *O senhor certamente planeja pautar sua atuação à frente da Abitrigo a partir de um conceito particular de quais sejam as prioridades no setor. Poderia nos adiantar pelo menos uma parte de suas propostas?*

— Uma das prioridades será o aumento da produção de trigo nacional com qualidade, para que os consumidores, o industrial e o doméstico, tenham as melhores farinhas. Hoje nós temos trigo adequado para o pão, o macarrão desenvolvido pela indústria nacional de massas, biscoitos, bolos e para o uso caseiro. Assim, vamos procurar desenvolver programas em conjunto com os produtores, instituições de pesquisa, governos estaduais e órgãos de extensão rural, que levem informações técnicas. Por outro lado, vamos apresentar uma proposta para o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Sebrae para difundir pacotes tecnológicos de produção. Queremos também criar mecanismos de comercialização que permitam liquidez ao produtor de trigo, como o aperfeiçoamento do Programa de Escoamento da Produção (PEP) e linhas de crédito com mais recursos, como EGF, cédula do produtor rural e nota promissória rural, integradas às bolsas de mercadorias.

■ *Em março o BNDES anunciou que estaria selecionando três setores produtivos – celulose/papel, aço e petroquímica – para receber ajuda financeira a fim de promover uma reestruturação e modernização. Em junho, o ex-presidente da Abitrigo, o senhor Antenor Barros Leal, anunciou que a entidade estava preparando um estudo para entregar ao banco apontando a necessidade de reestruturação e modernização também do setor moageiro de trigo. Esse estudo está pronto? O que ele propõe? Qual foi a resposta do BNDES?*

— Esse estudo está sendo feito e pretendemos entregá-lo à diretoria do banco já no início de 2000. Um dos pontos abordados é a necessidade de otimizar a capacidade produtiva brasileira, pois estamos moendo perto de 9 milhões de toneladas/ano com instalações aptas a moer 15 milhões. Os outros pontos eu não gostaria de adiantar, já que são técnicos e estão em fase de análise. De qualquer forma, a reestruturação poderia passar por um programa de fusões a fim de promover o fortalecimento econômico dos moinhos.

■ *A respeito ainda desse anúncio do BNDES, houve uma série de críticas por parte de alguns executivos de moinhos: na opinião deles, esse tipo de ajuda financeira beneficia multinacionais, enquanto o setor de moagem tem um passivo de US$1 bilhão no exterior. O senhor concorda com essa análise?*

— Eu desconheço o valor da dívida dos moinhos, pois é um assunto de cada empresa e não da Abitrigo. Sabemos que eles têm uma dívida lá fora e que estão honrando seus compromissos. Mas a desvalorização cambial foi cruel com o setor moageiro nacional e acho que uma das funções do BNDES é ajudar a reestruturar setores da economia. No caso do setor moageiro, poderia proporcionar uma melhoria de custos na aquisição da matéria-prima, acarretando benefícios gerais aos consumidores de farinha.

■ *O Brasil é o segundo maior importador de trigo do mundo – um mercado de US$3 bilhões/ano, com uma dependência muito forte da Argentina e menor do Canadá e dos EUA. Essa prática não estaria pondo em risco a segurança alimentar do país?*

— Acho que não corremos o risco de segurança alimentar em se tratando de alimentos básicos, mas ficar só na dependência do fornecimento da Argentina é ruim. Deveríamos ter a oportunidade, numa concorrência sadia, de poder optar pelo nosso parceiro comercial e também por outros fornecedores de trigo. Eu tenho certeza de que a Argentina, como já demonstrou, tem capacidade de competir com esses países. A melhor segurança porém seria o Brasil alcançar o mais rápido possível a produção de 40% de todo o trigo de que necessita.

■ *Até que ponto o Mercosul afetou, e de que modo, as várias fases do agronegócio do trigo no Brasil? Há algum risco de a Argentina forçar a venda ao Brasil da farinha já pronta em vez da* commodity *trigo?*

— Podemos citar dois reflexos para os moinhos brasileiros: a importação de farinha, que há quase dois anos chegou a representar 500 mil toneladas, e a pretendida adoção da tarifa comum de importação de 13%. É claro que não podemos esquecer que todo o conjunto de medidas tomadas no âmbito do Mercosul levou à redução da produção de trigo nacional de 6 milhões para um pouco mais de 2 milhões de toneladas atualmente. Quanto à Argentina, vender a farinha pronta é pouco provável, pois o trigo em grão é mais viável economicamente, é resistente à armazenagem, enquanto a farinha é perecível e precisa de transporte especial com custos elevados.

■ *Essa dependência de trigo e*

A DESVALORIZAÇÃO DO REAL EM RELAÇÃO AO DÓLAR NATURALMENTE afeta os custos dos moinhos; mas devido à competitividade existente no setor e o preparo dos moinhos para realizar boas compras de trigo no exterior, não devemos registrar picos de aumentos.

o controle do Estado foram motivo para que se reduzissem os 500 moinhos da década de 60 para pouco mais de 200 na de 90. É um número adequado para o tamanho do Brasil e suficiente para promover a competição de mercado e preços favoráveis ao consumidor?

— É um número expressivo, pois os Estados Unidos, com uma população maior do que a nossa, possuem perto de 300 moinhos, e a Argentina, onde o consumo *per capita* de trigo é superior ao do Brasil, cerca de 120. A competição aqui é muito forte, sendo que os moinhos menores trabalham em nichos de mercado e regionalmente, enquanto os maiores buscam melhores escalas de produção. Além disso, temos moinhos novos no Nordeste, Centro-Oeste e Amazonas que estão encurtando a distância entre produtores e consumidores, com conseqüente redução do preço da farinha.

■ *O trigo representa 80% do preço da farinha. A importação elevada, com uma taxa de câmbio desfavorável, estaria influenciando toda a cadeia de produção de alimentos básicos? Por exemplo, qual foi o reflexo do dólar mais caro no preço final do pão?*

— Naturalmente o câmbio afeta o preço do produto, mas o que se viu, devido à grande competitividade do setor, foram aumentos bastante plausíveis, em escala reduzida. No preço final do pão, o reflexo foi muito pequeno, porque, se o trigo representa 80% do custo da farinha, esta representa entre 20 e 25% do custo do pão. O câmbio não deve provocar grandes picos nos preços da farinha, pois os moinhos hoje são cautelosos e possuem mecanismos avançados de compra de trigo no mercado internacional, o que permite buscar melhores preços.

■ *A saída mais óbvia para o setor parece ser o aumento da produção de trigo nacional, mas o que vimos na safra 1998/99 foi um crescimento de 3,4% nas importações, com 6,7 milhões de toneladas, e uma redução de 20% da área plantada internamente. Quais são os motivos para isso?*

— A importação decorre da falta do trigo nacional, que deixa de ser produzido porque o produtor não encontra preço para seu produto nem rentabilidade na lavoura, além de enfrentar a falta de mecanismos de proteção diante das oscilações do mercado internacional. Notamos que o produtor vem trocando o trigo pelo milho safrinha, que traz melhores resultados financeiros mas a longo prazo pode trazer prejuízos pela falta de rotação de cultura. É preciso lembrar que o trigo é a única cultura de inverno economicamente viável nas regiões produtoras.

■ *O produtor de trigo no Brasil reclama que o custo de produção é muito maior do que o preço mínimo fixado pelo governo; na safra passada foram respectivamente de R$210,00 e R$185,00 a tonelada. O que fazer para que o trigo deixe de ser somente uma lavoura para renovar o solo?*

— O próprio ministro Pratini de Moraes já disse que o Brasil precisa buscar fora da Organização Mundial do Comércio mecanismos que protejam seus produtos. Para o trigo nacional me agrada muito a idéia de criar salvaguardas, que entrariam em ação para cobrir os custos do produtor. Junto com esse mecanismo precisamos diminuir rapidamente o custo Brasil, pois um frasco de defensivo aqui custa o dobro do que em outros países. Está na hora de desarmar esse conjunto de fatores que encarece a nossa produção.

■ *Qual a perspectiva da Abitrigo para a colheita e para o abastecimento do trigo na temporada 1999/00? O senhor concorda com a previsão da Conab de que o consumo interno cairá 2% em relação aos 9,2 milhões de toneladas na safra 1998/99 e haverá um crescimento de 8,7% na produção?*

— Não concordo com a avaliação de queda no consumo e, para minha surpresa, 1999 deve terminar com crescimento e chegar a 9 milhões de toneladas de trigo para moagem, sem contar a parcela destinada a sementes e estoque de passagem. O que para mim é uma ótima notícia, pois significa que o brasileiro está consumindo mais produtos acabados. Estávamos estagnados na casa dos 8,5 milhões de toneladas há três anos. Quanto ao crescimento da área plantada, esperamos que aconteça e vamos nos empenhar nesse sentido.

■ *Os moinhos nacionais ainda acham que o trigo produzido no Brasil é de qualidade inferior ao importado?*

— Sabemos que o trigo nacional pode ser melhorado. Ele atende a três necessidades de consumo: pães, massas/biscoitos e uso doméstico. Mas ainda não temos uma qualidade constante como nos países produtores tradicionais, e a uniformidade varia de safra para safra. Podemos dizer que é um trigo nota sete.

■ *O país mudou muito nos últimos cinco anos, com os consumidores sofisticando seu padrão de consumo de alimentos e dando preferência aos produtos de maior valor embutido. O senhor diria que a indústria brasileira de massas, biscoitos e pães tem conseguido acompanhar essa evolução?*

— Sim, ela acompanhou. Temos hoje ótimos biscoitos, os pães melhoraram e a variedade de farinhas especiais é muito grande. A indústria de massas conseguiu desenvolver uma ótima receita usando inclusive trigo nacional. Acho que a abertura de mercado foi benéfica ao consumidor.

■ *Existe hoje em dia algum tipo de parceria entre a Abitrigo e a Associação Brasileira da Indústria de Massas Alimentícias – Abima –, visando alavancar os negócios de produção e venda de produtos derivados do trigo no mercado interno?*

— Sim. A Abima vem fazendo campanhas para aumentar o consumo de macarrão no Brasil e nós comungamos com a mesma idéia. E essa vai ser uma outra bandeira nossa dentro da Abitrigo: estimular o consumo de derivados de trigo, pois a média nacional é de 50kg por pessoa/ano, contra a média de 100kg na Argentina. Temos um campo enorme para atingir esse nível e será preciso trabalhar em parceria com as entidades envolvidas na cadeia do trigo.

■ *Qual é o futuro da cadeia produtiva do trigo no Brasil? As perspectivas para os próximos anos são mais positivas do que negativas?*

— As perspectivas são muito positivas, principalmente pelo fato de o consumo interno ainda ser baixo. O potencial de crescimento do nosso mercado é muito grande – um crescimento necessário, eu diria, já que o trigo é uma fonte de proteínas e uma alternativa para compor uma dieta saudável para a população.